



**CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP**

PROVA PARA O CARGO DE ECONOMISTA

<hr/> <p>NOME DO CANDIDATO</p> <hr/> <p>INSCRIÇÃO</p>

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 questões objetivas. Caso exista algum problema, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
2. Cada questão apresenta cinco alternativas, destas apenas uma é correta.
3. A resposta definitiva de cada questão deve ser, obrigatoriamente, assinalada no CARTÃO-RESPOSTA, fornecido especificamente para este fim.
4. As questões objetivas devem ser respondidas no CARTÃO-RESPOSTA, considerando a numeração de 1 a 50.
5. Confira se seu nome e número de inscrição constam na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu, o qual não pode ser amassado ou dobrado.
6. O Cartão-Resposta só será substituído se tiver falha de impressão.
7. Assine seu nome na lista de presença do mesmo modo como está assinado no seu documento de identidade.
8. Esta prova terá duração de 4 (quatro) horas, tendo o seu início às 8 h e término às 12 h (horário de Belém).
9. Ao final da prova, devolva ao fiscal de sala todo o material referente a esta prova.

ÓRGÃO EXECUTOR



Líderes sem massa

Costuma-se dizer que a capacidade de um país andar mais rápido depende da qualidade de seus líderes. Pois o líder abre caminhos e desfaz obstáculos com sua condição de comover, inspirar, atrair e mobilizar as massas. Se no passado os rastros dos grandes líderes deixavam-se ver nas trilhas abertas para libertar seus países da opressão e da miséria, hoje seus passos são pouco visíveis, porque a crise de governabilidade que assola o mundo acaba afogando marcas, estilos e identidades na poeira de um caos cujos contornos Samuel P. Huntington tão bem aponta neste breve relato: "Quebra da lei e da ordem, Estados fracassados, anarquia crescente, ondas de criminalidade, máfias transnacionais e cartéis de drogas, expansão dos vícios em muitas sociedades, debilitação geral da família, declínio na 5 confiança e na solidariedade social, violência étnica, religiosa e civilizacional".

A administração do paradigma do caos que assola a humanidade tem passado para a órbita de lideranças menos carismáticas, mais técnicas e funcionais, cujas preocupações estratégicas se repartem em três esferas: a estabilização macroeconômica e os programas de desenvolvimento, as redes de proteção social e as políticas de segurança interna.

15 No meio de tempestades que se multiplicam e que conferem à contemporaneidade a imagem de uma Idade de Trevas, a despolítica se estabelece, solapando as ideologias de ontem, expandindo as tecnocracias e arrefecendo o sistema político, com seqüelas no enfraquecimento dos partidos, na fulanização da política e na desmotivação dos participantes partidários. Nessa moldura, os líderes de massa se tornam cada vez mais escassos. Pode-se 20 apontar nos dedos a relação de líderes carismáticos e populares. É o caso, por exemplo, do Brasil, onde Lula pode ser considerado o último líder de massas de um ciclo que se esgota com a intensificação da crise da democracia representativa.

Na verdade, Lula se apresenta como a última instância produzida por um processo de acumulação de forças, que, há três décadas, vem operando sobre a esfera social, juntando 25 ações coletivas e públicas, demandas por direitos e movimentos cívicos, canalizados com mais força a partir da Constituição de 88. O ex-metalúrgico constituía, desse modo, o contraponto criado por forças de resistência às políticas macroeconômicas e liberalizantes implantadas desde Collor e revigoradas pelas reformas econômicas nos dois períodos de Fernando Henrique.

30 A continuidade do sistema de blindagem na economia, com a manutenção dos eixos da estabilização, e a importância da real política de interesses partidários, vital para sustentação da base governamental, estão colaborando para raspar da imagem de Lula a tinta carismática que, até bem pouco, envernizava totalmente seu perfil. Ou seja, o Brasil começa a presenciar o fenômeno de um líder de massas se transformando em liderança 35 funcional.

Nesse ponto, cabe aduzir: com Lula, desaparece a feição populista no cenário das lideranças nacionais. Poderá ele recuperar a imagem cheia de arrebatador de massas? Resposta: só se realizar os milagres prometidos. Caso contrário, será um típico exemplo de "reversão de expectativas". Quem pode entrar ainda no figurino populista? Brizola? Ora, o gaúcho só tem fôlego para sussurros. Geraldo Alckmin? Trata-se de um perfil sem muito sal, parecendo não ser tocado por aquela paixão que anima a alma política. Aécio Neves? Comandando um grande Estado, é um perfil inebriado pelos prazeres da juventude. Itamar? Bom, mais parece um bicho de sete cabeças, não se sabendo qual a que dirige o pensamento. Serra? Tem preparo, porém se assemelha a um consultor técnico dando aulas 45 de racionalidade. Não adoça a vontade das massas. Garotinho gosta de jogar com as ilusões. Isso amedronta. Na atual safra de mandatários, inexistem proeminências. Já no Parlamento, os atos retóricos são medidos pela lupa do *marketing*. Os comportamentos se homogeneizam sob o véu da pasteurização política.

Na atual conjuntura, não há motivos nem palcos para animação das populações. As 50 massas só entram em estado de agitação quando tocadas pela fé religiosa. Mesmo assim, os atos de massa se restringem aos espaços dos templos, que a estratégia mercadológica se esforça para multiplicar e ampliar. A aderência partidária no Brasil, portanto, só é forte nas hostes do Senhor. Desaparecendo o formato carismático e populista, teremos de nos conformar doravante com um grupo de políticos treinados nas artimanhas da articulação e 55 dos entreveros partidários. Entre desilusões e desesperanças, os brasileiros começam a não

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP- ECONOMISTA

enxergar mais aquela aura que envolvia seus ícones e heróis, o líder glorificado, o exemplo de autoridade, o pai da pátria, o político admirado por todos, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek ou mesmo Jânio Quadros. Dessa forma, o Brasil vai ilustrando a imensa galeria contemporânea de líderes sem massa.

60

Gaudêncio Torquato (Consultor político e professor titular da USP)
<http://www.jb.com.br/jb/papel/opinião/joropi20040229001.htm> (01/03/2004)

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

Com base no texto “Líderes sem massa”, assinale a única alternativa correta nas questões de 01 a 06.

01. Em relação ao perfil dos líderes populares do passado e ao dos contemporâneos, é **correto** afirmar que

- (A) os líderes de hoje, por serem mais técnicos e funcionais, conseguem ser mais carismáticos e populares do que os líderes do passado.
- (B) as lideranças do passado tinham dificuldade em mobilizar e administrar as massas, propiciando convulsões étnicas, sociais e religiosas em seus países.
- (C) a escassez dos líderes de massa atuais se explica porque estes concentram suas preocupações no fortalecimento do sistema político.
- (D) os grandes líderes do passado, apesar de carismáticos e populares, não conseguiam libertar seu povo da opressão e da miséria.
- (E) a crise de governabilidade que tomou conta do mundo contemporâneo comprometeu o surgimento de líderes mais carismáticos.

02. Considere os enunciados abaixo.

I. O Brasil atualmente não precisa de líderes carismáticos, mas de líderes funcionais, por isso Lula é considerado o último líder de um ciclo que se está esgotando.

II. O ciclo responsável pela intensificação da crise da democracia representativa é o período compreendido entre a Idade das Trevas e o governo de Fernando Henrique.

III. Lula pode ser apontado como líder carismático e popular porque representa a resistência às políticas dos governos brasileiros nas últimas três décadas.

IV. Lula pode ser considerado “o último líder de massas” porque no Brasil a democracia já está consolidada, o que desmotiva o surgimento de novos líderes.

V. A insatisfação em relação às políticas macroeconômicas e liberalizantes dos

governos de Collor e Fernando Henrique construiu a imagem do último líder carismático e popular do Brasil.

De acordo com o texto, estão **corretos** os itens

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) III e IV
- (D) III e V
- (E) I e V

03. Em relação aos possíveis líderes populares do Brasil citados no texto, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) Brizola não consegue mais arrebatado o povo, por isso “só tem fôlego para sussurros”.
- (B) Geraldo Alckmin não tem perfil de líder político, portanto não poderá entrar no rol dos grandes líderes.
- (C) Aécio Neves, pela sua juventude e por ser governador de um grande Estado, é um possível futuro líder popular.
- (D) Serra, pelo seu discurso muito técnico, dificilmente atrairá o gosto popular.
- (E) Garotinho não é um proeminente candidato a líder popular porque lhe falta mais consciência política para não iludir o povo.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

04. Em relação à expressão “**grandes líderes**” no fragmento (linhas 3 a 5)

“Se no passado os rastros dos grandes líderes deixavam-se ver nas trilhas abertas para libertar seus países da opressão e da miséria, hoje seus passos são pouco visíveis”,

é correto afirmar que

- (A) a ordem de seus termos não altera o sentido da expressão.
- (B) a palavra “grande”, por ser um adjetivo, não poderia ocupar outra posição.
- (C) a regência nominal do termo “rastros” exige a anteposição do adjetivo.
- (D) a mudança na ordem dos seus termos afetaria o sentido da expressão.
- (E) a expressão apresenta uma impropriedade de colocação em relação à norma culta.

05. No fragmento (linhas 30 a 33)

“A continuidade do sistema de blindagem na economia, com a manutenção dos eixos da estabilização, e a importância da real política de interesses partidários, vital para sustentação da base governamental, estão colaborando para raspar da imagem de Lula a tinta carismática que, até bem pouco, envernizava totalmente seu perfil.”

a palavra “**vital**”

- (A) está empregada no singular para enfatizar a expressão “importância da real política”.
- (B) deveria ter sido empregada no plural para concordar em número com a expressão “interesses partidários”.
- (C) está empregada no singular porque se refere à palavra “política” e com ela concorda em número.
- (D) está empregada no singular, desobedecendo à exigência de concordância, para surtir efeito estilístico.

(E) está empregada no singular por exigência da preposição que a segue imediatamente.

06. Da leitura do texto depreende-se que

- (A) os políticos atuais são muito retóricos e demagogos.
- (B) na atual conjuntura, líderes políticos atrapalhariam as articulações partidárias.
- (C) atualmente, a sociedade brasileira não precisa de líderes populistas.
- (D) os brasileiros estão desiludidos e desesperançosos com seus políticos.
- (E) no Brasil, atualmente, só a fé religiosa consegue sensibilizar e arrebatá-lo o povo.

07. De acordo com os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil,

- (A) o caráter representativo do regime democrático é exceção somente pelo exercício do plebiscito.
- (B) a indissolubilidade da Federação veda a incorporação entre Estados ou seu desmembramento.
- (C) a harmonia entre os poderes exige-lhes o exercício do controle recíproco.
- (D) a independência dos poderes proíbe o exercício de funções administrativas pelo Poder Judiciário.
- (E) a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul, Central e do Norte rege as relações internacionais do Brasil.

08. De acordo com a Constituição de 1988,

- (A) são direitos fundamentais somente aqueles expressos na Constituição.
- (B) as normas de direitos fundamentais são dotadas de auto-aplicabilidade.
- (C) os direitos e garantias fundamentais somente podem ser abolidos por emenda à Constituição.
- (D) somente o Poder Público está obrigado ao cumprimento dos direitos fundamentais.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

(E) o exercício dos direitos e garantias fundamentais depende de sua regulamentação pelo legislador.

09. Dentre os direitos e garantias individuais da Constituição de 1988, inclui/incluem-se:

(A) a liberdade de expressão, sendo vedado o anonimato, e o direito à informação, sendo vedado o sigilo da fonte.

(B) a inviolabilidade do domicílio, sendo vedado o ingresso na casa sem consentimento do morador, salvo as exceções previstas na Constituição.

(C) o direito de propriedade, sendo vedada a desapropriação sem justa e prévia indenização em dinheiro.

(D) o contraditório e a ampla defesa, sendo vedada sua aplicação ao processo administrativo.

(E) a igualdade perante a lei, sendo vedada a adoção de políticas de discriminação positiva.

10. Dentre as garantias previstas na Constituição de 1988, inclui-se:

(A) o habeas corpus, em caso de alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em seus direitos e liberdades constitucionais, por ilegalidade ou abuso de poder.

(B) o habeas data, para assegurar o conhecimento de informações e a retificação de dados, relativos à pessoa do impetrante, constantes de registros de entidades públicas e privadas de qualquer natureza.

(C) o mandado de injunção, em caso de descumprimento de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

(D) a ação popular, ajuizada por qualquer cidadão para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

(E) o mandado de segurança coletivo, ajuizado por partido político em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros.

11. São brasileiros natos:

(A) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.

(B) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que registrados em repartição brasileira competente.

(C) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, até os dezoito anos, pela nacionalidade brasileira.

(D) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

(E) os nascidos no estrangeiro, desde que residam há mais de quinze anos ininterruptos na República Federativa do Brasil e optem, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

12. É função institucional do Ministério Público:

(A) promover, subsidiariamente, a ação penal pública.

(B) instaurar o inquérito policial, indicando seu fundamento jurídico.

(C) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

(D) exercer o controle interno da atividade policial, na forma de lei complementar.

(E) promover o inquérito civil, para a proteção dos direitos individuais, e a ação civil pública, para a proteção dos direitos difusos e coletivos.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

13. No que se refere ao exercício de funções de confiança e de cargos em comissão, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A)** as funções de confiança devem ser exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (B)** as funções de confiança devem ser exercidas, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão destinam-se, exclusivamente, às atribuições de direção.
- (C)** as funções de confiança podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou temporários e os cargos em comissão destinam-se, exclusivamente, às atribuições de direção e assessoramento.
- (D)** as funções de confiança devem ser exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão destinam-se, exclusivamente às atribuições de assessoramento.
- (E)** as funções de confiança devem ser exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo ou temporários e os cargos em comissão destinam-se, às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

14. Nos termos da Constituição Federal, é permitida em caráter excepcional, a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horário, nos seguintes casos:

- (A)** dois cargos de professor; dois cargos técnicos e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (B)** dois cargos de professor; dois cargos técnicos e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas ou não.

- (C)** dois cargos de professor; um cargo técnico com outro técnico ou científico e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (D)** dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (E)** um cargo de professor com outro técnico ou científico; dois cargos técnicos e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

15. A Lei nº 5.810/94 **NÃO** considera como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de:

- (A)** serviços obrigatórios em lei.
- (B)** licença-maternidade com duração de 120 (cento e vinte) dias.
- (C)** licença por motivo de doença em pessoa da família.
- (D)** licença para tratar de interesse particular.
- (E)** desempenho de mandato classista.

16. A Lei no 5.810/94, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, considera tempo de serviço público

- (A)** o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e sua apuração é feita em dias.
- (B)** considera-se tempo de serviço público o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e sua apuração é feita em meses.
- (C)** o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e sua apuração é feita em anos.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

- (D) o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e sua apuração é feita em dias.
- (E) o exclusivamente prestado à União, Estados e Municípios, Autarquias e Fundações Federais e Estaduais e sua apuração é feita em dias.
- 17.** Nos termos da Constituição Federal, no caso de um cargo ser extinto ou declarado desnecessário,
- (A) o servidor estável ou não ficará em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (B) o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (C) o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (D) o servidor estável ou não ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (E) o servidor estável ou não ficará em disponibilidade sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- 18.** A Lei nº 5.810/94 prevê como vantagem concedida ao servidor:
- (A) auxílio-natalidade, correspondente a dois salários mínimos, após a apresentação da certidão de nascimento para inscrição do dependente.
- (B) auxílio-natalidade, correspondente a um salário mínimo, após a apresentação da certidão de nascimento para inscrição do dependente.
- (C) auxílio-doença, correspondente a dois meses de remuneração, após cada período consecutivo ou não de 6 (seis) meses de licença para tratamento de saúde.
- (D) auxílio-doença, correspondente a um salário mínimo, após cada período consecutivo de 6 (seis) meses de licença para tratamento de saúde.
- (E) auxílio-natalidade, correspondente a um mês de remuneração, após a apresentação da certidão de nascimento para inscrição do dependente.
- 19.** São princípios institucionais do Ministério Público:
- (A) Vitaliciedade, Inamovibilidade e Indivisibilidade.
- (B) Unidade, Uniformidade e Independência funcional.
- (C) Independência funcional, Inamovibilidade e Indivisibilidade.
- (D) Uniformidade, Vitaliciedade e Unidade.
- (E) Unidade, Indivisibilidade e Independência funcional.
- 20.** É correto afirmar:
- (A) Ao Ministério Público é assegurado autonomia funcional, administrativa e financeira.
- (B) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira têm eficácia e executoriedade após aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.
- (C) As propostas orçamentárias do Ministério Público são elaboradas dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União e encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado para aprovação.
- (D) As propostas orçamentárias do Ministério Público são elaboradas pelo Poder Executivo, aprovadas pelo Ministério Público e submetidas ao Poder Legislativo.
- (E) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional e administrativa somente têm validade, eficácia e executoriedade após aprovadas pelo Poder Legislativo.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

21. A elaboração das folhas de pagamento de pessoal, a aquisição de bens e contratação de serviços e respectiva contabilização, a proposição ao Poder Legislativo da criação e extinção de cargos, bem como a fixação e reajuste dos vencimentos dos membros do Ministério Público são atividades asseguradas ao Ministério Público fundadas na sua

- (A) unidade, autonomia financeira e orçamentária.
- (B) autonomia funcional, jurisdicional e contábil.
- (C) indivisibilidade, autonomia operacional e patrimonial.
- (D) autonomia contábil, financeira e operacional.
- (E) autonomia funcional, administrativa e financeira.

22. A competência legal de designar membros do Ministério Público para exercer as atribuições de dirigente dos Centros de Apoio Operacional, ocupar cargos de confiança junto aos órgãos de Administração Superior, bem como encaminhar ao Poder Legislativo os Projetos de Lei de iniciativa do Ministério Público, é do

- (A) Conselho Superior do Ministério Público.
- (B) Procurador Geral de Justiça.
- (C) Corregedor Geral do Ministério Público.
- (D) Colégio de Procuradores.
- (E) Procurador de Justiça.

23. A atribuição legal de propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador Geral de Justiça, pelos votos de dois terços de seus membros e por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada a ampla defesa é do(a):

- (A) Associação do Ministério Público do Estado do Pará.
- (B) Corregedor Geral do Ministério Público.

- (C) Colégio de Procuradores de Justiça.
- (D) Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça.

24. A elaboração da lista sêxtupla para a escolha do membro do Ministério Público para ocupar o quinto constitucional no Tribunal de Justiça do Estado é atribuição legal do(a):

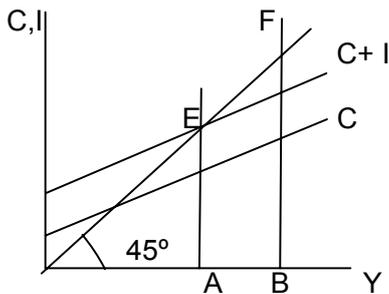
- (A) Associação do Ministério Público do Estado do Pará.
- (B) Corregedor Geral do Ministério Público.
- (C) Colégio de Procuradores de Justiça.
- (D) Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) Procurador Geral de Justiça.

25. A atribuição legal de remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade, bem como estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções é do(a)

- (A) Colégio de Procuradores de Justiça
- (B) Conselho Superior do Ministério Público.
- (C) Centro de Apoio Operacional.
- (D) Centro de Estudos e Aperfeiçoamento de Pessoal.
- (E) Centro de Apoio Administrativo-Financeiro.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

26. A figura abaixo, na qual C,I e Y representam respectivamente, Consumo, Investimento e Produto Nacional, ilustra o equilíbrio macroeconômico para uma economia fechada, sem governo, sem realização de depreciação e sem retenção de lucros.



A partir da análise da figura, apoiada na teoria Keynesiana, é correto afirmar que:

- (A) uma taxa de produção maior que A é possível e desejável porque, além de aumentar o nível de emprego na economia, provocará uma queda no nível geral de preços expandindo a demanda agregada.
- (B) uma taxa de produção menor que A, inferior a produção de pleno emprego, é insuficiente para atender à demanda agregada e, como consequência, a economia entrará em uma espiral inflacionária.
- (C) o ponto E representa o equilíbrio, isto é, a demanda agregada iguala-se ao Produto Nacional e o Investimento realizado iguala-se ao investimento planejado e estará assegurado o pleno emprego da economia.
- (D) as taxas mais altas ou mais baixas de produção serão instáveis porque, no primeiro caso, haverá formação de estoques não desejados e, no segundo, os níveis de estoques cairão abaixo do nível que os vendedores desejariam manter.
- (E) caso a função consumo permaneça inalterada, para garantir a taxa de produção em B, a demanda por investimento deverá crescer no montante igual ao segmento AB.

27. No embate clássico entre monetaristas e keynesianos a respeito da eficácia das políticas fiscal e monetária para tirar uma economia da depressão, os keynesianos criticam a utilização de políticas monetárias como instrumento de controle da demanda agregada argumentando que

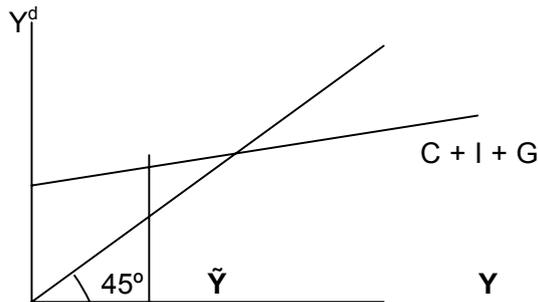
- (A) em uma depressão prolongada as taxas de juros podem estar em um nível tão baixo que não mais poderiam ser rebaixadas por adoções de políticas monetárias.
- (B) mesmo que as taxas de juros sejam rebaixadas por ações de políticas monetárias, os investimentos poderiam não ser afetados no caso da taxa de retorno dos investimentos exceder a taxa de juros pagos sobre empréstimos contraídos.
- (C) ainda que os investimentos sejam afetados pela mudança nas taxas de juros, o impacto sobre a taxa de produção seria pequeno caso a propensão marginal a poupar seja muito baixa.
- (D) a demanda por investimento é determinada pelas expectativas dos empresários e não pelas taxas de juros.
- (E) expansões na base monetária fazem com que os agentes econômicos elevem as taxas de consumo e, assim, não poupem o suficiente para financiar novos investimentos.

28. Em uma economia fechada e sem governo, a propensão marginal a poupar é 0,2 (zero vírgula dois, ou dois décimos). Para que o Produto Nacional cresça em R\$ 500 milhões (quinhentos milhões de reais), o aumento da demanda por investimento deverá ser de

- (A) R\$ 100 milhões.
- (B) R\$ 500 milhões.
- (C) R\$ 250 milhões.
- (D) R\$ 50 milhões.
- (E) R\$ 600 milhões.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

29. Na figura abaixo, **C**, **I** e **G** representam, respectivamente, Consumo, Investimento e Despesas Governamentais em um modelo de Economia fechada e com governo. A Renda Nacional e o Dispendio Nacional estão representados, respectivamente, por **Y** e **Y^d**. A Renda Nacional de Pleno Emprego está representada por **Ŷ**.



Analisando-se a figura, a partir da Teoria da Determinação da Renda, é correto afirmar que:

- (A) a figura ilustra a existência de um hiato deflacionário.
- (B) com o objetivo de conduzir a demanda agregada ao nível de renda de pleno emprego, cabe ao governo, dentre outras políticas, aumentar o montante de seus gastos.
- (C) o excesso de gastos, com os recursos produtivos já plenamente empregados, provoca uma pressão inflacionária que se caracteriza por uma elevação sustentada no nível geral de preços.
- (D) com a taxa de produção correspondente à renda \hat{Y} , os estoques cairão a um nível abaixo do desejado e a produção será expandida.
- (E) redução dos tributos cobrados pelo governo, mantido o nível de despesas governamentais, conduziria a demanda agregada ao nível de renda de pleno emprego.

30. Considerando-se moeda o papel moeda em poder do público mais os depósitos à vista nos Bancos Comerciais (**M₁**) e que a oferta de moeda é realizada

tanto pelas autoridades monetárias, por meios da emissão, quanto pelos Bancos Comerciais, através da criação e da destruição de moeda, é **correto** afirmar que

- (A) o Banco Central (BACEN) pode aumentar o volume de reservas dos Bancos Comerciais e, com isso, expandir a oferta monetária, ao vender títulos do Governo Federal no mercado aberto.
- (B) caso o Banco Central limite quantitativamente o redesconto ou eleve suas taxas, poderá haver retração da oferta monetária pois ocorrerá uma contração dos empréstimos bancários e, conseqüentemente, redução da moeda escritural.
- (C) o volume de depósitos que podem ser criados pelos Bancos Comerciais depende do volume de depósitos compulsórios. Assim, aumentos no coeficiente de encaixe compulsório tende a expandir a oferta monetária.
- (D) a compra de títulos públicos pelo Banco Central no mercado aberto cria fundos adicionais para empréstimos nos Bancos Comerciais e, conseqüentemente, as taxas de juros tendem a se elevar.
- (E) quando um cliente efetua um depósito a prazo em seu Banco Comercial, não há criação nem destruição de moeda.

31. A Balança de Pagamentos de um país vem apresentando, sistematicamente, déficits em transações correntes que não vêm sendo compensados por superávits na Balança de Capitais. Com o objetivo de corrigir tais desequilíbrios, as autoridades governamentais responsáveis pelas relações econômicas internacionais do país deverão

- (A) adotar medidas expansionistas que possibilitem à Economia alcançar maiores taxas de crescimento.
- (B) valorizar a moeda nacional de forma a criar estímulos às exportações.

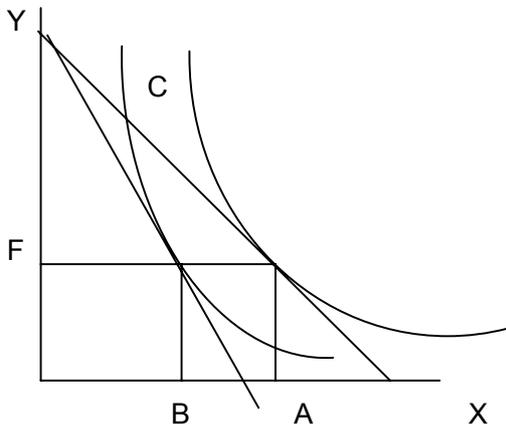
CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
 EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

- (C) reduzir as taxas internas de juros a fim de estimular os investimentos do setor produtivo da economia.
- (D) aumentar as alíquotas sobre as exportações com vistas a criar superávits no orçamento público.
- (E) desaquecer a economia, reduzir o nível de atividade econômica e, conseqüentemente, aumentar o desemprego.

EM CADA UMA DAS QUESTÕES DE NÚMEROS 32 A 39 CONSTAM TRÊS ASSERTIVAS (I, II E III) QUE PODEM SER VERDADEIRAS OU FALSAS. PARA RESPONDER, SIGA O SEGUINTE COMANDO: ASSINALE

- (A) Se somente I for verdadeira.
- (B) Se somente II for verdadeira.
- (C) Se somente III for verdadeira.
- (D) Se I e II forem verdadeiras.
- (E) Se II e III forem verdadeiras.

32. A figura abaixo, na qual X e Y representam duas mercadorias, ilustra a modificação da posição de equilíbrio do consumidor provocada pela elevação do preço da mercadoria X.

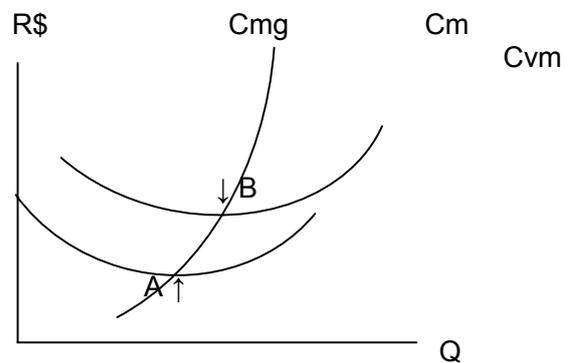


A partir da análise da figura é correto afirmar:

- I – A redução na quantidade demandada da mercadoria X, de A para B, denomina-se efeito substituição.
- II – A demanda da mercadoria X é de elasticidade-preço unitária.
- III – A mercadoria X não é um bem de Giffen.

- (A) ()
- (B) ()
- (C) ()
- (D) ()
- (E) ()

33. A figura a seguir ilustra a estrutura de custos de uma firma que opera em mercado de concorrência perfeita, na qual Cvm, Cm e Cmg indicam, respectivamente, Custo variável médio, Custo unitário médio e Custo Marginal.



A partir das condições de equilíbrio de uma firma competitiva que busca, no curto prazo, a maximização do Lucro, é correto afirmar que sua curva de oferta corresponde ao segmento da curva de custo marginal;

- I - Situação acima do ponto B
- II - Situação acima do ponto A
- III - Situação compreendendo entre os pontos A e B

- (A) ()
- (B) ()
- (C) ()
- (D) ()
- (E) ()

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

34. As funções de demanda e oferta de mercadorias apresentam as seguintes expressões:

$$Q = a - bP$$

$Q = c + dP$, onde **a**, **b**, **c**, e **d** são coeficientes; **Q** indica quantidade da mercadoria e **P**, o preço pelo qual a mercadoria poderá ser comercializada. Em um mercado livre, o preço da mercadoria será:

I- $P = \frac{c - a}{d + b}$

II- $P = \frac{a - c}{-b - d}$

III - $P = \frac{a - c}{d + b}$

(A) ()

(B) ()

(C) ()

(D) ()

(E) ()

35. Existe uma relação forte entre o dispêndio do consumidor com uma mercadoria e a elasticidade-preço da demanda dessa mercadoria. O dispêndio do consumidor, em resposta a um aumento de preço da mercadoria, poderá aumentar, diminuir, ou mesmo, permanecer constante. A partir dessa relação pode-se afirmar:

I - Uma firma produtora de uma mercadoria cuja demanda seja preço - elástica, no intuito de aumentar sua receita, deverá baixar o preço de venda do seu produto.

II - Os monopólios, por oferecerem no mercado produtos que não possuem bons substitutos, deverão ter seus preços controlados pelo governo, em nome da defesa dos consumidores.

III - A melhor política de preço para as firmas que trabalham com produtos de elasticidade-preço unitária é a liquidação de estoques.

(A) ()

(B) ()

(C) ()

(D) ()

(E) ()

36. As estruturas de mercado denominadas "Concorrência perfeita" e "Concorrência monopolística" apresentam algumas características comuns. Decorre desse fato que

I - tanto as firmas competitivas como as monopolísticas, obtêm, no longo prazo, receitas que são suficientes apenas para cobrir seus custos médios.

II- as firmas que operam em mercados concorrenciais ou de concorrência monopolística, maximizam lucros ao igualarem receita marginal e custo marginal.

III- por não existirem barreiras à entrada, no longo prazo, as firmas que operam nas duas estruturas de mercado, operam com custo médio mínimo.

(A) ()

(B) ()

(C) ()

(D) ()

(E) ()

37. No oligopólio as decisões das empresas quanto a seus níveis de produção e preços são complexas pois, as tomadas de decisão, deverão levar em consideração as reações das empresas concorrentes. Esta é assim a razão das dificuldades de se elaborar uma Teoria Geral do Oligopólio. O que existem, tradicionalmente, são modelos que procuram explicar comportamentos estratégicos específicos. Um desses modelos é o de Cournot. Assim, é da essência desse modelo assumir que

I - as empresas do monopólio, simultaneamente, decidem sobre o nível da produção, considerando fixo o nível de produção do concorrente.

II- uma das empresas do monopólio, denominada líder é a primeira a determinar seu volume de produção.

III - os dois monopolistas concorrem por meio da escolha simultânea de preço.

(A) ()

(B) ()

(C) ()

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

- (D) ()
(E) ()

38. Fazendo-se uma análise comparativa entre mercado de concorrência perfeita e o monopólio, conclui-se

I - Como, nos dois mercados a taxa de produção maximizadora de lucros corresponde àquela em que o custo marginal iguala-se à receita marginal, os níveis de produção e preço serão iguais nas duas estruturas de mercado.

II - Dado o maior tamanho da firma monopolista, a sociedade é beneficiada com preços menores e quantidades maiores,

III - Enquanto as firmas competitivas, no longo prazo, utilizam plenamente sua capacidade instalada, a firma monopolista opera com capacidade ociosa.

- (A) ()
(B) ()
(C) ()
(D) ()
(E) ()

39. Em um mercado com estrutura do tipo oligopólio, a demanda por uma mercadoria expressa-se por $p = 30 - Q$, onde **P** indica o preço do produto e **Q** a quantidade total produzida pelo conjunto de empresas que atuam no mercado. Assim sendo, utilizando-se as hipóteses e os pressupostos do modelo de Bertrand, a produção de cada empresa, em unidades produzidas seria de

I – 27

II - 13,5

III - 9

- (A) ()
(B) ()
(C) ()
(D) ()
(E) ()

40. O conceito de Investimento na visão econômica capitalista é “a aplicação no sistema econômico de recursos produtivos visando ao aumento da riqueza econômica de uma sociedade”.

Com base neste enunciado é correto afirmar afirmar:

(A) O principal fator a influir na decisão de Investir é o retorno esperado do capital aplicado, que dependerá do montante de receita futura a ser gerada, comparado com o custo decorrente de sua execução.

(B) A decisão de Investir num sistema capitalista aponta, como principal fator, o retorno esperado do capital aplicado que, independe do fluxo de receita a ser gerado e do Custo de oportunidade do capital.

(C) Na decisão de investir, tanto a formação da receita quanto a dos custos gerados pela execução do projeto são relevantes, porém o fluxo de formação da receita futura não depende das condições de mercado.

(D) Os principais fatores que influenciam na aplicação do capital pelo investidor, são o tempo de recuperação do investimento realizado e o quanto esta aplicação poderá gerar de mais valia para a sociedade.

(E) Tanto o capital aplicado como a taxa de retorno do capital, são fatores determinantes na decisão de investir, uma vez que, maiores taxas de retorno para o investidor significarão perda para o intermediário financeiro.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

41. A análise da viabilidade de um projeto é interpretada pela ótica do empresário que é o investidor, dos bancos e agências de financiamentos que fomentam e do governo, nas várias esferas de atuação. Com base nesse argumento é correto afirmar:

- (A) A análise social e econômica de um projeto é realizada quando o avaliamos sob a ótica da sociedade de forma individual, medindo os impactos positivos e negativos que o projeto irá trazer não somente de forma particular mas também coletiva.
- (B) A análise financeira de um projeto tem, como principal foco, a análise da relação benefício/custo do ponto de vista do empresário, em que os impactos individuais serão menos relevantes que os impactos coletivos.
- (C) A análise social e econômica aliada à análise financeira se completam pois, a primeira avaliação irá medir o retorno social de forma individual enquanto a financeira mede o retorno social (empresarial) da relação benefício/custo.
- (D) A análise da viabilidade de um projeto deve considerar que o objetivo do organizador da produção é a maximização do lucro avaliado através do retorno na relação benefício /custo individual, sendo porém mais amplo a nível econômico, onde não somente os ganhos individuais serão considerados porém, o retorno coletivo, medido pelas externalidades positivas geradas pelo projeto à sociedade.
- (E) A análise de viabilidade de um projeto, independe da ótica a partir da qual será realizada pois, tanto a análise econômica quanto a financeira fornecem resultados semelhantes, sendo apenas critérios metodológicos a adotar.

42. A Razão Benefício/Custo é um indicador de grande valia para a análise de investimentos aplicados em projetos econômicos e sociais, principalmente em projetos públicos, em que a principal meta do Governo é a geração de efeitos positivos (emprego/ renda) ou o controle de efeitos negativos (poluição ambiental). Assim sendo, considera-se que um projeto apresenta viabilidade quando apresenta a seguinte estrutura:

- (A) -Existem duas seqüências de fluxo de caixa sendo, uma de benefícios $vb(i)$ e outra de custos $vc(i)$ em que a razão benefício/ custo ou $r(i) < 1$ ou $vb(i) \div vc(i) < 1$
- (B) Existem duas seqüências de fluxo de caixa sendo, uma de benefícios $vb(i)$ e outra de custos $vc(i)$ em que a razão benefício/ custo ou $r(i) = 1$ ou $vb(i) \div vc(i) = 1$
- (C) Existem duas seqüências de fluxo de caixa sendo, uma de benefícios $vb(i)$ e outra de custos $vc(i)$ em que a razão benefício/ custo ou $r(i) \leq 1$ ou $vb(i) \div vc(i) \leq 1$
- (D) Existem duas seqüências de fluxo de caixa sendo, uma de benefícios $vb(i)$ e outra de custos $vc(i)$ em que a razão benefício/ custo ou $r(i) \neq 1$ ou $vb(i) \div vc(i) \approx 1$
- (E) Existem duas seqüências de fluxo de caixa sendo, uma de benefícios $vb(i)$ e outra de custos $vc(i)$ em que a razão benefício/ custo ou $r(i) > 1$ ou $vb(i) \div vc(i) > 1$

43. Para os Pensadores Econômicos Contemporâneos, até a década de cinquenta (50), a questão do Desenvolvimento Econômico estaria intimamente ligada à questão fundamental de elevação do PIB *per capita*, que viria teoricamente propiciar a distribuição eqüitativa de renda e com isso a manutenção da estabilidade econômica, atingindo assim os objetivos básicos da política econômica desenvolvimentista da época. Após a década de setenta (70), esse conceito amplia-se e outros fatores são

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

incorporados, gerando uma nova concepção para Desenvolvimento econômico. Com base na concepção pós setenta (70), desenvolvimento Econômico é

- (A) o Crescimento Econômico como ampliação quantitativa da produção, condição necessária e suficiente para a promoção do Desenvolvimento econômico.
- (B) o Crescimento Econômico como ampliação quantitativa da produção, condição necessária, porém não suficiente, para a promoção do Desenvolvimento econômico.
- (C) o mesmo que Crescimento Econômico, dependendo da ótica de cada corrente de pensamento, podendo ou não ser considerado como ampliação quantitativa da produção necessária, porém não suficiente para a promoção do Desenvolvimento econômico como um todo.
- (D) o Crescimento Econômico como ampliação quantitativa da produção, condição necessária e suficiente para a promoção do Desenvolvimento econômico, uma vez que se encontra vinculado à formação do PIB *per capita* e global, única variável sinalizadora de expansão, contração ou estagnação da economia.
- (E) Crescimento Econômico como ampliação quantitativa da produção, condição necessária porém não suficiente para a promoção do Desenvolvimento econômico em que este somente poderá ocorrer se estiver associado a fatores que venham promover melhorias na qualidade de vida das populações que formam as sociedades tendo como fatores, a elevação qualitativa da saúde, de nutrição, de educação, de habitação, de lazer entre outros recursos de promoção do bem-estar individual e coletivo.

44. Dentro da Estrutura tributária Brasileira, a Política Fiscal envolve a política de receitas e despesas do Governo, em que, a definição e a aplicação da Carga Tributária é exercida sobre os agentes econômicos e sobre a definição e aplicação de suas despesas. A tributação sobre o consumo utiliza os seguintes instrumentos tributários:

- (A) IPI, PIS/PASEP, ISS - Em nível Federal
IOF – Em nível Estadual
COFINS – Em nível Municipal
- (B) ICMS, COFINS, IOF, ISS - Em nível Estadual;
IPI, PIS/PASEP - Em nível Federal
ISS – Em nível Municipal.
- (C) COFINS, IPI, PIS/PASEP, IOF - Em nível Federal
ICMS – Em nível Estadual
ISS – Em nível Municipal
- (D) ICMS, COFINS, IOF, ISS - Em nível Estadual
IPI, PIS/PASEP, IPA - Em nível Federal
ISS – Em nível Municipal
- (E) ICMS, COFINS, IOF, ISS - Em nível Estadual
IPI, PIS/PASEP E INSS - Em nível Federal
ISS – Em nível Municipal

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

45. Na Estrutura Tributária Brasileira a tributação sobre o Consumo é constituída de impostos e contribuições. Assim, é correto afirmar:

- (A)** Toda Renda gerada pelo Governo Brasileiro tem como fonte de origem a arrecadação tributária direta e indireta.
- (B)** A Carga Tributária é uma das mais importantes fontes geradoras de renda para o Governo, e sua captação se faz sobre o setor produtivo e sobre as Unidades Familiares, incidindo sobre os bens e serviços econômicos geradores de Impostos e taxas indiretas e diretas que os agentes econômicos, obrigatoriamente, terão que pagar.
- (C)** A Carga Tributária ou a Cobrança dos Impostos não são fontes geradoras de renda, sendo de pouca relevância na formação da renda Pública.
- (D)** A Carga Tributária é fonte geradora de renda para o Governo e sua captação se faz sobre o setor produtivo e sobre as Unidades Familiares, incidindo sobre os bens e serviços econômicos geradores de Impostos indiretos e diretos, que os agentes econômicos, obrigatoriamente, terão que pagar independentemente de seu nível de renda.
- (E)** A Carga Tributária não constitui fonte geradora de renda para o Governo; assim sendo, os setores produtivos e as Unidades Familiares, dependendo da atividade econômica, poderão ser isentos.

46. O Desenvolvimento Econômico, tendo como objetivo básico de política econômica a repartição da riqueza e a promoção da estabilidade econômica, deverá levar em conta que:

- (A)** constitui meta básica do governo, a política de Repartição da riqueza econômica como meta desenvolvimentista, a distribuição eqüitativa da renda e dos recursos

patrimoniais existentes em território nacional isso porque a repartição da renda e da riqueza facilitará a criação de infra estrutura e ampliação do sistema de transferência do setor público.

- (B)** a Repartição da Riqueza na visão Econômica, como política de desenvolvimento econômico, tem como meta principal, a redução dos desníveis regionais e a melhoria da estrutura pessoal de repartição da renda e da riqueza financeira e potencial, minimizando as desigualdades individuais, atenuando os desníveis de desigualdades regionais; a estabilidade econômica refere-se não a mudanças de condições estruturais e institucionais que são políticas de longo prazo, porém à adoção de medidas que, no curto prazo, induzam ao crescimento estável, a estabilidade dos preços e ao equilíbrio nas transações com o Resto do Mundo.
- (C)** a Repartição na visão Econômica, como política de desenvolvimento, tem como meta a redução dos desníveis regionais onde o fator mais relevante é a intensificação de pré-investimentos em regiões carentes e a melhoria da estrutura pessoal de repartição da renda e da riqueza, minimizando as desigualdades individuais e atenuando os desníveis de desigualdades.
- (D)** A Repartição da Riqueza na visão Econômica, como política de desenvolvimento econômico, não prioriza a redução dos desníveis regionais mas a melhoria da estrutura pessoal de repartição da renda e da riqueza financeira e potência de cada nação, minimizando as desigualdades individuais, atenuando os desníveis de desigualdades regionais; a estabilidade econômica refere-se não a mudanças de condições estruturais e institucionais que são políticas de longo prazo, porém a adoção de

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

medidas que, no curto prazo, induzam ao crescimento estável, à estabilidade dos preços e ao equilíbrio nas transações com o Resto do Mundo.

- (E) a Repartição da Riqueza na visão Econômica não é política de desenvolvimento econômico, sendo pouco significativas a redução dos desníveis regionais e a melhoria da estrutura pessoal de repartição da renda e da riqueza financeira e potencial, elevando assim as desigualdades individuais, e ampliando os desníveis de desigualdades regionais; a estabilidade econômica refere-se não a mudanças de condições estruturais e institucionais que são políticas de médio prazo, porém à adoção de medidas que, no curto ou no longo prazo, induzam ao crescimento estável, à estabilidade dos preços e ao equilíbrio nas transações com o Resto do Mundo.

47. Uma nota promissória com valor nominal de R\$ 15.550,00 (quinze mil, quinhentos e cinquenta reais) terá seu resgate previsto para quatro (4) anos. A taxa de inflação é estimada em 25% a.a. O valor real desta promissória hoje será

- (A) R\$ 14.200,00
- (B) R\$ 13.000,00
- (C) R\$ 16.000,00
- (D) R\$ 14.136,36
- (E) R\$ 13.550,00

48. O consumo do Governo é constituído por

- (A) um conjunto de despesas que, geralmente, atinge uma alta proporção da totalidade dos gastos públicos, porém sem o objetivo de gerar serviços econômicos de uso geral, sem preocupação em direcionar os custos do governo visando à estabilização da economia.
- (B) Um conjunto de despesas envolvendo fluxos de pagamentos de pessoal civil e militar, gastos com

aquisição de materiais não permanentes e contratação de serviços de terceiros, cujo objetivo final será a produção de serviços econômicos de uso coletivo, podendo ainda ser direcionado para atendimento de objetivos visando a estabilidade quanto em nível de emprego como recurso produtivo ou à estabilidade de preços (política monetária).

- (C) despesas do Governo classificadas como investimentos ou despesas de capital cujo objetivo maior é alimentar a classe dominante do sistema econômico em questão.
- (D) Despesas envolvendo fluxos de pagamentos de pessoal civil e militar, gastos com aquisição de materiais não permanentes e contratação de serviços de terceiros, não tendo como objetivo final a produção de serviços econômicos de uso coletivo.
- (E) Os custos Governamentais que não são classificados como investimentos ou despesas de capital e, assim sendo, não há interesse em promover a manutenção da classe dominante do sistema econômico em questão.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

49. A Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser definida como, “O Conjunto de normas e limites que passarão a orientar a atuação de todos os administradores públicos nos três poderes e nos três níveis de Governo...”. Assim sendo, é correto afirmar que a Lei de Responsabilidade Fiscal:

- (A)** é Lei Complementar de nº 101/2000, e é uma exigência que está acima do poder político do governo, sendo portanto a expressão da vontade política do povo brasileiro, expressa em sua Constituição, integrando o conjunto de medidas do chamado Programa de Estabilidade Fiscal - PEF.
- (B)** não é Lei Complementar, não havendo exigência de sua aplicação, integrando, porém, o conjunto de medidas do chamado Programa de Estabilidade Fiscal – PEF e apresentando propósitos definidos entre os quais, promover a estabilização do montante da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto da Economia Brasileira.
- (C)** Lei Complementar de nº 101/2002, submetida à exigência do poder político na esfera governamental e que não se vincula a nenhum Programa de Estabilidade Fiscal.
- (D)** Lei Complementar de nº 101/2002, não se constituindo de exigência acima de qualquer poder político na esfera governamental, sendo portanto a expressão da vontade política do povo brasileiro.
- (E)** Lei Complementar de nº 101/2003, e é uma exigência que está acima do poder político do governo, sendo portanto a expressão da vontade política do povo brasileiro, expresso em sua Constituição, não integrando ainda o conjunto de medidas do chamado Programa de Estabilidade Fiscal - PEF.

50. Ainda com relação à Lei de responsabilidade Fiscal é correto afirmar:

- (A)** A Lei de Responsabilidade Fiscal repercute sobremaneira nas tomadas de decisões dos chefes do poder executivo, sendo relevantes os princípios de obediência aos gastos fiscais, em grau de privilégio, em detrimento dos investimentos na área social; a determinação de que o administrador não poderá deixar dívida para o seu sucessor e a possibilidade de que o administrador, caso não siga os princípios que norteiam a Lei, responda juridicamente pelos atos praticados.
- (B)** Divide-se em seis (6) princípios básicos quais sejam: a) Princípio de Responsabilidade Solidária; b) Princípio da Repartição das Despesas com Pessoal; c) Princípio da Administração Pública; d) Princípio da Verdadeira Responsabilidade; e) Princípio de Igualdade de classes sociais; f) Princípio de equidade social.
- (C)** Pouco influencia nas tomadas de decisões dos chefes do poder executivo, não sendo relevantes os princípios de obediência aos gastos fiscais, em grau de privilégio, em detrimento dos investimentos na área social; a determinação de que o administrador (prefeito, governador entre outros) não poderá deixar dívidas para o sucessor e a possibilidade do administrador responder juridicamente, caso não siga os princípios que norteiam a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D)** Divide-se em cinco (5) princípios básicos quais sejam: a) Princípio de Responsabilidade Solidária; b) Princípio da Repartição das Despesas com Pessoal; c) Princípio da Administração Pública; d) Princípio da Verdadeira Responsabilidade, e) Princípio da Administração Pública e Privada.
- (E)** Muito influencia nas tomadas de decisões dos chefes do poder

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – ECONOMISTA

executivo, não sendo porém relevantes os princípios de obediência aos gastos fiscais, em grau de privilégio, em detrimento dos investimentos na área social; a determinação de que o administrador (prefeito, governador entre outros) não poderá deixar dívidas para o sucessor e a possibilidade pouco significativa de que o administrador, nas várias esferas, possa responder juridicamente, caso não siga os princípios que norteiam a Lei de Responsabilidade Fiscal.